



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº16/2024**

Período: 18/05/2024 - 24/05/2024

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Edital do Exército para licitação de internet via satélite barra empreendimentos brasileiros
- 2- Editorial avaliou circulação de armas de fogo no Brasil
- 3- Responsável pela tentativa de atentado em aeroporto de Brasília vai para regime semiaberto
- 4- Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos realizaram treinamento conjunto
- 5- Exército participa de Operação da Polícia Federal contra CACs e suspeitos de venda ilegal de armas
- 6- Em entrevista, presidente do Tribunal de Contas da União sugeriu que mudanças na previdência comecem pelos militares
- 7- Exército brasileiro gastou quase meio bilhão de reais em operação que respondeu à pretensão venezuelana pelo território de Essequibo
- 8- Exército reduziu número de fuzis que policiais podem manter em casa
- 9- Governo é cobrado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos

### 1- Edital do Exército para licitação de internet via satélite barra empreendimentos brasileiros

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* discutiu a compatibilidade integral da Starlink, empresa de Elon Musk, para suprir os critérios definidos no edital do Comando Militar da Amazônia, do Exército, para a aquisição de internet via satélite. Segundo o jornal, as exigências do Exército se limitam a aceitar propostas de internet via satélite de baixa órbita com velocidade mínima de 80 megabits de download, 20 megabits de upload e latência inferior a 100 milissegundos. A *Folha* avaliou que tais especificidades eliminam as propostas das sete empresas que operam com esses serviços no Brasil, sendo a Starlink a única capaz de cumprir todos os requisitos exigidos pelo Exército na região amazônica. O jornal destacou que a inflexibilidade do edital gerou questionamentos; por exemplo, mesmo tendo uma empresa brasileira que opera na constelação de satélites de baixa órbita OneWeb, a Hughes Telecomunicações, teve sua proposta negada diretamente pelo Exército por não possuir uma latência inferior ao descrito no edital. Segundo Fabro Steibel, diretor-executivo do Instituto de Tecnologia e Sociedade, a diferença de latência teria baixo impacto e a necessidade de sua operação dentro dos parâmetros de 100 milissegundos, como justificativa para eliminar a concorrência, deveria ser abertamente justificada no edital de licitação. Em resposta, o Exército apontou

que os parâmetros foram definidos após pesquisas de mercado compatíveis às necessidades operacionais na região, na qual serão instaladas 104 pontos de antenas, sendo 64 em locais fixos e 40 para uso dispersado. A *Folha* destacou que, apesar da excelente qualidade e eficácia de serviço oferecido pela Starlink, tais motivações não seriam suficientes para limitar editais ligados à Defesa Nacional, uma vez que questões de Estado, como nesse processo de licitação, deveriam alimentar ainda mais os empreendimentos brasileiros, sobretudo em assuntos militares, tendo em vista que usar serviços de telecomunicações estrangeiros poderia fragilizar as informações táticas do Exército brasileiro. (Folha de S. Paulo - Política - 19/05/24)

## 2- Editorial avaliou circulação de armas de fogo no Brasil

Em editorial, o periódico *Folha de S. Paulo* apontou que mesmo com a redução de novos registros de 5.676, em 2022, para 2.439, em 2023, as restrições ao porte de armas por civis no Brasil ainda enfrentam desafios. Na visão do jornal, o projeto da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que prevê uma possibilidade da legislação Federal sobre o porte de armas passar para o âmbito da legislação estadual, representa um forte ponto de resistência, pois capilariza e dificulta o controle sobre o fluxo de armas e artigos bélicos nacionais. A *Folha* destacou que, entre 2019 e 2022 houve um aumento de 116% na circulação de armas no meio civil e entre os vários problemas vinculados a tal fato está o crime organizado, que se beneficiou com a flexibilização ao acesso a armamentos. Ressalta-se que, no mesmo período, que coincide com a presidência de Jair Bolsonaro, 5.200 condenados pela Justiça conseguiram obter, renovar ou manter o registro de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs). Isso só foi revertido quando o Tribunal de Contas da União determinou que o Exército cancelasse o certificado para condenados ou com mandatos de prisão em aberto. A *Folha* defendeu que a passagem do controle dos CACs do Exército para a Polícia Federal representa um marco essencial na luta para a desconstrução do arcabouço institucional e normativo criado durante o governo de Jair Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Opinião - 20/05/24)

## 3- Responsável pela tentativa de atentado em aeroporto de Brasília vai para regime semiaberto

Em reportagem, o jornal *Correio Braziliense* informou que o Ministério Público e a Vara de Execuções Penais do Distrito Federal foram favoráveis à flexibilização da pena de George Washington de Oliveira Sousa, responsável pela montagem da bomba na tentativa de atentado no aeroporto de Brasília, em 2022. Sousa irá para o regime semiaberto após cumprir um sexto da pena em regime fechado. Outro participante do atentado, Alan Diego dos Santos Rodrigues, responsável pela instalação do artefato em um caminhão-tanque, já está cumprindo a pena em regime semiaberto desde novembro de 2023. Ambos foram condenados por expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outro, causar incêndio em combustível ou inflamável e porte ilegal de arma de fogo e artefato explosivo ou incendiário. Já o terceiro envolvido no caso, o blogueiro e ex-assessor do Ministério dos Direitos Humanos, Wellington Macedo de Souza, foi e condenado a seis anos de prisão. (Correio Braziliense - Política - 20/05/24)

#### 4- Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos realizaram treinamento conjunto

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, as forças marítimas do Brasil e dos Estados Unidos realizaram, no mês de maio, exercícios conjuntos na região do litoral brasileiro entre os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. O treinamento é parte da Operação Southern Seas - 2024, dos EUA, que viaja pela América do Sul realizando trocas com as Forças Armadas de cada país e, no Brasil, simbolizou os 200 anos de relações diplomáticas com os estadunidenses. Na avaliação da Folha, entre os equipamentos mobilizados, o que mais impressiona é o porta-aviões *USS George Washington* por seu tamanho, com 333 metros de comprimento. Já os treinamentos realizados pelos militares brasileiros envolveram testes de comunicação em alto mar e manobras com aeronaves e navios bastante tecnológicos. (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/05/24)

#### 5- Exército participa de Operação da Polícia Federal contra CACs e suspeitos de venda ilegal de armas

Em reportagens, os periódicos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense* informaram que, no dia 21/05/2024, a Polícia Federal (PF) realizou duas operações contra colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs), policiais militares e lojistas acusados de desvio de armamentos, vinculados ao crime organizado no país. Um braço da operação esteve na região nordeste e prendeu 20 suspeitos, entre eles identificou-se um sargento da Polícia Militar do estado de Pernambuco como importante fornecedor de armas e munições para uma facção criminosa. Segundo os jornais, a operação da PF contou com a presença do Exército e da Polícia Civil da Bahia. O Exército foi responsável pela fiscalização de lojas de armas em Juazeiro, estado da Bahia, e Petrolina, estado de Pernambuco. Enquanto isso, em alguns municípios próximos à grande São Paulo, outra operação também teve foco nos CACs, prendendo 12 alvos. Foram cumpridos, ainda, 24 mandados de busca e apreensão nesta região. A Operação que contou com a ajuda dos militares foi chamada de Operação Fogo Amigo. (Correio Braziliense – Segurança – 22/05/24; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/05/24; O Estado de S. Paulo – Política – 22/05/24)

#### 6- Em entrevista, presidente do Tribunal de Contas da União sugeriu que mudanças na previdência comecem pelos militares

Em entrevista para o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas Nascimento, afirmou não haver dúvidas de que o Brasil precisará de novas mudanças nas regras da Previdência. Em especial, Dantas alertou sobre a desproporção entre os déficits das contas da Previdência de civis e militares e sugeriu que tais mudanças comecem pelos militares, tendo em vista que eles não foram afetados pela reforma anterior. Segundo o ministro, enquanto o déficit per capita do setor privado é de R\$9,4 mil e o dos servidores civis chega a R\$69 mil, nas contas dos militares o valor alcança R\$159 mil. (Folha de S. Paulo – Mercado – 21/05/24)

#### 7- Exército brasileiro gastou quase meio bilhão de reais em operação que respondeu à pretensão venezuelana pelo território de Essequibo

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Brasil gastou quase meio bilhão de reais em operação do Exército que respondeu à pretensão da Venezuela de invadir Essequibo, território da Guiana. Segundo o *Estadão*, a operação, iniciada em novembro de 2023, custou R\$217 milhões em logística e enviou equipamentos avaliados em R\$228 milhões para Roraima, na fronteira norte do país, a fim de ativar o 18.º Regimento de Cavalaria Mecanizado, em Boa Vista, e reforçar outras unidades da 1.ª Brigada de Infantaria de Selva. O jornal avaliou que o montante mobilizado pelo Exército é expressivo, especialmente no ano em que o Exército recebeu baixo orçamento para cobrir suas despesas, com uma redução de R\$1,5 bilhão em relação a 2023, e também terá gastos adicionais com operações no Rio Grande do Sul. O periódico ressaltou que, além de dissuadir Nicolás Maduro, a ação evitou uma ampliação da presença dos EUA na Guiana, que poderia decorrer da ausência das forças brasileiras no território. O Exército, por sua vez, destacou que a ação serviu para “avaliar e definir estratégias mais adequadas ao Sistema Logístico Militar Terrestre (SLMT) para garantir o abastecimento das tropas, o transporte de equipamentos e o incremento da prontidão logística do Comando Militar da Amazônia (CMA)”. O transporte do equipamento militar foi feito por aviões, rodovias e pelos rios Amazonas e Madeira, por conta da ausência de linhas férreas. Tal operação soma-se às quatro operações na terra indígena Yanomami entre 2023 e 2024, que custaram ao Exército R\$18.748.241,78 reais e à Operação Acolhida, para refugiados venezuelanos. (O Estado de S. Paulo - Política - 21/05/24)

#### 8- Exército reduziu número de fuzis que policiais podem manter em casa

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Exército brasileiro reduziu a quantidade de armas que policiais e bombeiros militares têm permissão para manter em acervos particulares, passando de cinco para duas, dentre as quais apenas uma pode ser um fuzil. O número total de armas que podem ser adquiridas por pelos policiais e bombeiros também foi reduzido de seis para quatro. A medida foi tomada após a divulgação, pelo *Estadão*, em janeiro de 2024, de uma medida que permitiria que policiais militares adquirissem até seis armas, sendo até cinco restritas e com possibilidade de serem modelos de fuzis, o que gerou críticas por parte do Executivo e do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, os quais argumentaram que o acesso a armas de alto poder destrutivo poderia gerar desvios. O jornal esclareceu que o acesso a fuzis é restrito a modelos específicos que atendam a critérios técnicos de energia. As novas regras também afetam os policiais militares aposentados, limitando a compra de armas a duas e apenas aquelas de uso permitido. Anteriormente, sob o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), policiais podiam ter até oito armas em casa, sendo seis de uso permitido e duas de uso restrito, à exceção de armas automáticas. (O Estado de S. Paulo - Política - 21/05/24)

#### 9- Governo é cobrado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos

O periódico *Correio Braziliense* reportou que houve uma reunião na sede do Conselho Nacional de Justiça que resultou na cobrança, por parte dos juízes da

Corte Interamericana de Direitos Humanos, para que o governo brasileiro cumpra a sentença judicial de 2010 e adote medidas efetivas para identificação e busca por desaparecidos da ditadura militar (1964-1985). A reportagem revelou que os parentes de algumas das vítimas que estavam presentes na reunião afirmaram que estão satisfeitos com a cobrança, tendo enxergado no governo um "um menor ranço autoritário, se comparado com reuniões semelhantes no passado". (Correio Braziliense - Política - 24/05/24)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Ana Julia Ferreira dos Santos

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Yasmin Duarte Resende

### **Equipe redação UFRRJ**

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva